



FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – FASA
CURSO: CIÊNCIAS CONTÁBEIS
ÁREA: CONTABILIDADE GERENCIAL

EMPRESAS, MEIO AMBIENTE E RESPONSABILIDADE SOCIAL

EDNA RODRIGUES LEITE

RA Nº 997180/6

PROF. ORIENTADOR: JOÃO AMARAL DE MEDEIROS

Brasília/DF, novembro de 2006

EDNA RODRIGUES LEITE

EMPRESAS, MEIO AMBIENTE E RESPONSABILIDADE SOCIAL

Monografia apresentada como um dos requisitos para conclusão do Curso de Bacharelado em Ciências Contábeis do Centro Universitário de Brasília-UniCEUB.

Prof. Orientador: João Amaral de Medeiros.

Brasília/DF, novembro de 2006

EDNA RODRIGUES LEITE

Monografia apresentada como um dos requisitos para conclusão do Curso de Bacharelado em Ciências Contábeis do Centro Universitário de Brasília-UniCEUB.

Prof. Orientador: João Amaral de Medeiros.

Brasília, 10 de novembro de 2006.

Banca Examinadora

Prof. Ardêmio João Brixner
Coordenador

Prof. João Amaral de Medeiros
Orientador

Prof. João Alberto de Arruda
Examinador

Prof. Nolberto Betim Furquim
Examinador

“Toda ordem social é criada por nós. O agir ou não agir de cada um contribui para a formação e consolidação da ordem em que vivemos. O caos que atravessamos na atualidade não surgiu espontaneamente. Essa desordem que tanto criticamos também foi criada por nós. Portanto, e antes de converter a discussão em um juízo de culpabilidades, se fomos capazes de criar o caos, também podemos sair dele. Somos capazes de criar uma ordem distinta”.

J. Bernardo Toro

AGRADECIMENTO

Quero manifestar a minha profunda gratidão a Deus meu El-Shadai, pelo seu amor, pelo seu cuidado e pela sua presença em minha vida, a meu falecido pai Galdino Teodoro Leite, a minha mãe Francelina Rodrigues Leite e a meus familiares, principalmente a minha irmã Maria Auxiliadora Leite que muito contribuíram para a minha formação, acreditando na minha vitória.

Ao Professor João Amaral de Medeiros, pela orientação e o apoio no desenvolvimento deste trabalho.

E a todos os meus amigos, em especial Cláudia Olímpia Gonzaga e Mônica Alves Costa que enfrentaram juntamente comigo muitas batalhas, quero expressar os meus agradecimentos.

RESUMO

O trabalho focaliza a questão da responsabilidade social empresarial diante da preocupação mundial com a preservação do meio ambiente, para garantir a qualidade de vida das gerações atuais e futuras. Este trabalho tem por objetivo mostrar como o patrimônio econômico das empresas pode ser afetado em função de causas ambientais. A pesquisa propiciou concluir que as organizações que tomarem decisões estratégicas integradas à questão ambiental e ecológica conseguirão significativas vantagens competitivas, pois o consumidor está disposto a pagar mais por um produto que não agrida o meio ambiente. Através da adoção de medidas de gestão ambiental com o objetivo de minimizar as agressões ao meio ambiente, as empresas estarão declarando que é possível contribuir com o crescimento social e o desenvolvimento sustentável da sociedade. É proposta também desta monografia tornar claro que o principal objetivo das empresas não é mais a maximização do lucro, mas uma nova postura de responsabilidade social associada a preservação ambiental, buscando padrões éticos comportamentais e contribuindo para o bem-estar social.

Palavras-Chave: meio ambiente, degradação ambiental, responsabilidade social, desenvolvimento sustentável, preservação da vida.

LISTA DE ABREVIATURAS

SEBRAE	Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
ONU	Organização das Nações Unidas
ISO	International Organization for Standardization
RSE	Responsabilidade Social Empresarial
ONGs	Organizações não Governamentais

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	09
2	REVISÃO DE LITERATURA E DISCUSSÃO DOS DADOS.....	12
2.1	Ecologia e Meio Ambiente.....	13
2.2	Definição de Meio Ambiente.....	15
2.3	Degradação Ambiental.....	17
2.3.1	Expansão dos Desertos.....	18
2.3.2	Crescimento Populacional.....	19
2.3.3	Efeitos Nocivos da Poluição.....	20
2.3.4	O Lixo.....	22
2.4	A Responsabilidade Social das Empresas.....	23
2.4.1	A Visão Clássica da Responsabilidade Social.....	25
2.4.2	A Visão Institucional da Responsabilidade Social.....	26
2.4.3	Definição de Responsabilidade Social.....	26
2.5	O Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social.....	27
2.6	O Balanço Social como Indicador da Responsabilidade Social.....	29
2.6.1	Definição de Balanço Social	30
2.7	Desenvolvimento Sustentável.....	32
2.7.1	Definição de Desenvolvimento Sustentável.....	34
2.8	As Normas do ISO 14.000 e a Política Ambiental.....	34
2.8.1	Política Ambiental.....	35
2.9	Mudança no Ambiente dos Negócios.....	36
3	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	38
	REFERÊNCIAS.....	40

1 INTRODUÇÃO

As empresas são organizações que contribuem para o desenvolvimento econômico de um país. Estas possuem o objetivo de oferecer mercadorias ou serviços de maneira eficaz a seus clientes, emprego e satisfação a seus empregados, benefícios ao público e ainda proporcionar retorno satisfatório a proprietários.

A Revolução Industrial e o constante desenvolvimento da população fizeram com que os hábitos de consumo crescessem rapidamente.

O consumismo transforma a sociedade e, como consequência, ela cresce de forma insustentável. Isso implica em retirar da natureza mais do que a capacidade que ela possui de se regenerar, comprometendo a qualidade de vida da população e do meio ambiente.

O planeta Terra passa por grandes transformações em seu ambiente natural, que se não contornadas e mitigadas, colocarão em risco a qualidade de vida das gerações futuras. Ações do ser humano, desde os primórdios da humanidade, tais como a caça e a agricultura, e mais recentemente a atividade industrial, e o uso intenso de combustíveis fósseis, vêm impactando o meio ambiente de forma irreversível.

Essas ações podem levar ao aumento da temperatura da Terra (efeito estufa); esgotamento dos recursos naturais não-renováveis (petróleo, carvão); esgotamento dos recursos hídricos, destruição da camada de ozônio; perda de biodiversidade; contaminação e esgotamento dos recursos dos oceanos; acidentes ambientais; degradação dos solos; supercrescimento da população humana; proliferação de doenças.

Como o setor industrial é um dos principais atores na degradação do meio ambiente, tem sido pressionado a tomar ações no intuito de minimizar este processo e assumir suas responsabilidades ambientais nos processos produtivos, desde a obtenção da matéria-prima até a disposição final, [...]. (INSTITUTO DE TECNOLOGIA DE ALIMENTOS, 2006).

Como o impacto das influências humanas cresceu, da mesma forma, aumentaram os riscos associados a tais impactos. Novas tecnologias acarretam riscos cada vez maiores, de dano irreversível ao sistema natural da Terra.

Há empresas que estão convencidas de que os relatórios financeiros não são suficientes para satisfazerem as necessidades de informação de todas as partes interessadas no progresso institucional, uma vez que acionistas, investidores, consumidores, prestadores de serviço, fornecedores, consumidores, governo, funcionários e comunidade em geral exigem saber como está a visão global do

comportamento da empresa, não apenas em nível financeiro, na obtenção de lucros, mas também dos impactos e preocupações nas áreas social e ambiental.

A responsabilidade social pode ser considerada um conjunto de metas sociais focadas na melhoria da qualidade de vida da população.

A empresa socialmente responsável é aquela que possui a capacidade de decidir, voluntariamente, contribuir para uma sociedade mais justa, buscando atender às demandas de todos e não apenas dos empresários que têm como objetivo primordial apenas a obtenção de lucro.

O tema deste trabalho é contabilidade ambiental, cuja delimitação ficou assim estabelecida: “Empresas, Meio Ambiente e Responsabilidade Social”.

Para elaboração de pesquisa sobre este assunto, muitos fatores contribuíram para a escolha do tema. Mudanças ocorridas no contexto sócio-político-econômico do país como: desemprego, exclusão social, avanços tecnológicos e de gestão, questões relacionadas aos impactos negativos causados ao meio ambiente e nova visão mundial, voltada para as questões sociais.

O objetivo geral deste trabalho é demonstrar como o patrimônio econômico das empresas pode ser afetado em função de causas ambientais, tornando-se necessária a adoção de medidas para reduzir as agressões ao meio ambiente e também explanar sobre a necessidade das empresas contribuírem para o crescimento social e o desenvolvimento sustentável relacionados à temática da Responsabilidade Social Empresarial e Meio Ambiente.

O trabalho tem como objetivos específicos: analisar os objetivos das empresas, além da obtenção de lucratividade, identificar os danos causados ao meio ambiente devido a ausência de controle ambiental, mostrar de que forma a manutenção de uma política de responsabilidade social com relação ao meio ambiente é vantajosa para as empresas e sociedade, demonstrar as novas oportunidades de negócios e ganhos de competitividade que a empresa adquirirá no mercado por ser socialmente responsável e mostrar que através da certificação ambiental a empresa se diferenciará em meio à concorrência, gerando maior lucro.

Com o desenvolvimento deste trabalho, os problemas a serem respondidos são: diante das pressões do mercado e da comunidade por melhor qualidade de

vida, qual a importância de as organizações modernas serem socialmente responsáveis? E de que forma as empresas estão contribuindo com o crescimento social e o desenvolvimento sustentável, em meio a fatores competitivos?

Em relação à metodologia adotada, foi utilizado o método bibliográfico, sendo a coleta de informações realizada através das seguintes fontes: livros, artigos científicos, revistas, monografias, jornais e sites da Internet.

O trabalho está estruturado em três capítulos, sendo o primeiro, introdução, indicador dos elementos que nortearam a pesquisa, como tema e sua delimitação, objetivos, problematização e metodologia.

O segundo capítulo contém a revisão de literatura e discussão dos dados e o terceiro, considerações finais, apresenta o desfecho conclusivo do que a pesquisa permitiu evidenciar.

2 REVISÃO DE LITERATURA E DISCUSSÃO DOS DADOS

Para dar início à pesquisa é importante entender o conceito de empresa, bem como seus objetivos, além da obtenção de lucratividade.

De acordo com Santana (1993, p. 27) “empresa é um conjunto de pessoas que harmonizam capital e trabalho, na procura de lucros, a serviço próprio e da comunidade em que está inserida”.

Este conceito mostra que raramente uma empresa é formada por uma só pessoa, sendo comum existirem várias pessoas que se unem para produzir, vender produtos ou prestar algum serviço em favor da comunidade.

Para Megginson, Mosley e Pietri Júnior (1998, p. 7):

[...] De fato, existe uma **organização** todas as vezes que duas ou mais pessoas interagem para alcançar certo objetivo. E há necessidade de administração em todas as organizações públicas e privadas; que visem ou não visem lucro; fábricas, organizações de prestação de serviços e varejistas; e firmas americanas, estrangeiras e multinacionais.

Quando uma pessoa ou um grupo de pessoas decide criar uma empresa, o objetivo é ganhar mais do que gasta para produzir ou vender mercadorias ou prestar serviço.

Ainda segundo Megginson, Mosley e Pietri Júnior (1998, p. 9-10):

É necessária a administração para alcançar os objetivos organizacionais. O objetivo da maioria das organizações, tanto públicas (não-lucrativas) como privadas (que visam lucro), é fornecer um serviço para o público. Naturalmente, as empresas privadas devem ter lucro como resultado de suas operações e, numa economia capitalista, isto é aceitável e até mesmo considerado de interesse público. Entretanto, mesmo nas empresas que visam lucro, o objetivo deve ser o de oferecer serviços a outros, de forma que os proprietários tenham lucro. [...].

Dessa forma, a administração é necessária nas organizações para alcançar objetivos de forma equilibrada. O objetivo das organizações está relacionado à preocupação dos administradores em oferecer um serviço à comunidade visando apenas a obtenção de lucro.

Para desempenhar papel de equilíbrio organizacional é importante dar oportunidade de trabalho para mulheres, minorias e deficientes físicos. Isto significa equilibrar a necessidade de administrar as empresas levando em consideração as necessidades desses grupos e de outros semelhantes.

De acordo com Silva (2002, p. 44):

As organizações são entidades dinâmicas e altamente complexas, que podem ser conceituadas de algumas diversas maneiras. A conceituação mais comum é que: uma organização é definida como duas ou mais pessoas trabalhando juntas cooperativamente dentro de limites identificáveis, para alcançar um objetivo ou meta comum.

Em relação à questão organizacional, as empresas são constituídas de pessoas devido à complexidade dos relacionamentos sociais e diversidade dos seres humanos. Por esse motivo, é necessária a divisão do trabalho de acordo com as habilidades e conhecimentos, o estabelecimento de limites com ênfase nas pessoas e nas atividades, com o objetivo de trabalhar em direção às metas da organização.

Os vários conceitos acima evidenciados mostram que o objetivo primordial das empresas é a maximização da lucratividade. Gerando lucros, a empresa terá condições de distribuir resultados e, com isso, manter sua atratividade junto aos acionistas e investidores.

Entre os desafios enfrentados pelos administradores nota-se uma competição global cada vez maior, diante de fatores relacionados à ética e responsabilidade social da organização e novas oportunidades geradas por inovações técnicas.

As organizações percebem que de nada valerão suas estratégias de negócios para ampliar mercados, conquistar clientes e obter resultados favoráveis se não considerarem boa execução dos processos produtivos.

A realização de processos produtivos está diretamente relacionada ao desempenho das pessoas da organização em um contexto de responsabilidade social e de correta postura em face das questões ambientais.

2.1 Ecologia e Meio Ambiente

Odum (1998, p. 1) afirma que:

A palavra “ecologia” deriva do grego *oikos*, com o sentido de “casa”, e *logos*, que significa “estudo”. Assim, o estudo do “ambiente da casa” inclui todos os organismos contidos nela e todos os processos funcionais que a tornam habitável. Literalmente, então, a ecologia é o estudo do “lugar onde se vive” com ênfase sobre “a totalidade ou padrão de relações entre os organismos e o seu ambiente”, [...].

A ecologia ocupa-se de todos os seres vivos, animais e vegetais, e das suas relações com o meio e os seres que vivem em torno deles, com o objetivo de conhecer as influências externas que atuam sobre estes seres vivos.

Partindo da questão ambiental, os impactos ambientais causadas pelas ações negativas do homem tornam-se rápidos e violentos, proporcionando a alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente.

De acordo com Lago e Pádua (1985, p. 13):

[...], existem no quadro do atual pensamento ecológico pelo menos quatro grandes áreas, que poderíamos denominar de **Ecologia Natural**, Ecologia Social, Conservacionismo e Ecologismo. As duas primeiras de caráter mais teórico-científico e as duas últimas voltadas para objetivos mais práticos de atuação social [...]. A Ecologia Natural, que foi a primeira a surgir, é a área do pensamento ecológico que se dedica a estudar o funcionamento dos sistemas naturais (florestas, oceanos, etc.), procurando entender as leis que regem a dinâmica de vida da natureza[...]. **A Ecologia Social**, por outro lado, nasceu a partir do momento em que a reflexão ecológica deixou de se ocupar apenas do estudo do mundo natural para abarcar também os múltiplos aspectos da relação entre os homens e o meio ambiente, especialmente a forma pela qual a ação humana costuma incidir destrutivamente sobre a natureza [...]. O **Conservacionismo** – nasceu justamente da percepção da destrutividade ambiental da ação humana. Ela é de natureza mais prática e engloba o conjunto das idéias e estratégias de ação voltadas para a luta em favor da conservação da natureza e da preservação dos recursos naturais [...]. Por fim, temos o fenômeno ainda recente mas cada vez mais importante, do surgimento de uma nova área do pensamento ecológico, denominada **Ecologismo**, que vem se constituindo como um projeto político de transformação social, calcado em princípios ecológicos e no ideal de uma sociedade não opressiva e comunitária. A idéia central do Ecologismo é de que a resolução da atual crise ecológica não poderá ser concretizada apenas com medidas parciais de conservação ambiental [...].

A crise ambiental é única, diferente de todas as crises parciais que ocorreram no passado, pois não apresenta apenas questões passageiras, mas questões cruciais e decisivas para o futuro histórico da espécie humana.

A palavra Ecologia não é usada apenas para designar disciplina científica, mas também para identificar amplo e variado movimento social e político.

O crescimento do interesse pela Ecologia tem como pano de fundo o dilema de uma época histórica de degradação ambiental. Diante de fatos como o acúmulo de armamentos nucleares e a redução crescente dos recursos naturais, o problema da sobrevivência passou a ser questão real e presente em qualquer discussão sobre o futuro da humanidade.

O estudo da Ecologia coloca o homem em contato com problemas referentes à defesa do ambiente, preservação do patrimônio biológico e luta para avaliar as pressões de mercado e interesses pessoais que são prejudiciais ao ambiente.

Os avanços tecnológicos facilitam a vida humana em muitos aspectos, porém parece que o homem criou em sua mente a ilusão de que, a cada dia, depende menos do ambiente natural para suprir suas necessidades diárias, esquecendo que a dependência da natureza continua.

A civilização depende do ambiente natural para a manutenção da vida. A sobrevivência depende de ações positivas para preservar e melhorar a qualidade ambiental através de tecnologia harmoniosa e não prejudicial ao ser humano.

2.2 Definição de Meio Ambiente

Tinoco e Kraener (2004, p. 34) definem meio ambiente “como o conjunto de elementos bióticos (organismos vivos) e abióticos (energia solar, solo, água e ar) que integram a camada da terra chamada biosfera, sustentáculo e lar dos seres vivos”.

Segundo esta definição, entende-se que a vida animal e vegetal se realiza e se desenvolve na biosfera, parte da crosta terrestre e da atmosfera que oferece condições à existência dos seres vivos.

Para Barbieri (2004, p. 2):

Meio ambiente é tudo o que envolve ou cerca os seres vivos. A palavra ambiente vem do latim e o prefixo *ambi* dá idéia de “ao redor de algo” ou de “ambos os lados”. O verbo latino *ambio*, *ambire* significa “andar em volta ou em torno de alguma coisa”. Cabe notar que as palavras meio e ambiente trazem per se a idéia de entorno e envoltório, de modo que a expressão meio ambiente encerra uma redundância.

O fato de ter se afastado de seu meio natural com a construção de cidades, o homem não deixou de pertencer ao seu meio ambiente. Ele continua a necessitar da natureza como primitivamente necessitava.

De acordo com D'Isep (2004, p. 60):

Dentre as definições doutrinárias, temos o meio ambiente, como “[...] a interação do conjunto de elementos naturais, artificiais e culturais que propiciem o desenvolvimento equilibrado da vida em todas as suas formas.

Toda vida depende da terra, água e ar do planeta, e a qualidade do meio ambiente influi virtualmente em todos os aspectos da atividade humana, como saúde e bem estar, emprego e recreação, cidades e vilas, indústria e agricultura. O meio ambiente também afeta todos os grupos da sociedade, como produtores e consumidores, ricos e pobres, homens e mulheres, jovens e idosos.

Para Tinoco e Kraener (2004, p. 35)

A Terra é protegida pela atmosfera, que é uma mistura gasosa de nitrogênio, oxigênio, hidrogênio, dióxido de carbono, vapor de água, outros elementos e compostos e partículas de pó. Sem essa massa de ar, não existiria vida no planeta. A atmosfera ameniza os efeitos dos raios solares sobre a Terra; contribui para manter a temperatura terrestre em níveis que permitam o desenvolvimento da vida; impede que nosso planeta seja diretamente atingido por enormes meteoritos. Além disso, essa massa de ar fornece o gás carbônico para a fotossíntese dos vegetais e também o gás oxigênio para a respiração dos seres vivos em geral.

O solo é uma cobertura de matéria que sustenta a vida terrestre. É produto do clima, da rocha-mãe (através do lado arrastado pelas geleiras e das rochas sedimentares) e da vegetação. Quanto à água, 97% encontram-se nos oceanos, 2% estão em forma de gelo e o 1% restante é a água doce dos rios, lagos, água subterrâneas, umidade atmosférica e do solo.

Os organismos vivos dependem de todos eles, inclusive o homem. A vida animal depende das plantas uma seqüência de vínculos interconectada conhecida como cadeia trófica. As plantas servem-se da água, do dióxido de carbono e da luz solar para converter matérias-primas em carboidratos, através da fotossíntese.

As formas de vida existentes no planeta Terra necessitam umas das outras para sobreviverem. Isso implica em interminável destruição de uma pelas outras.

A destruição é uma necessidade básica para a continuidade da vida, vegetal ou animal, pois seguindo a natureza seu processo normal, a destruição pode ser considerada constante transformação, uma vez que a natureza não cessa seu processo transformador.

A natureza possui o poder de recuperação quando entregue a si mesma. Este poder não resiste à ação predatória do homem que através dos séculos,

aperfeiçoou seus métodos de destruição do ambiente do qual faz parte, podendo tornar-se a vítima de todo o desequilíbrio que causou.

As informações produzidas pela contabilidade contribuem para melhorar o conhecimento da empresa sobre a geração e o uso de seus recursos, facilitando o exercício de seu papel no desenvolvimento social.

As empresas precisam enxergar o meio ambiente como fonte de recursos limitada, que precisa ser preservada.

2.3 Degradação Ambiental

O ser humano ainda depende profundamente da natureza, mas pela primeira vez ele tem a capacidade de alterar o mundo natural, de maneira rápida e em escala global.

Através da poluição do ar, do solo e dos suprimentos de água, as substâncias perigosas impõem ameaças tanto a curto como a longo prazo à saúde humana e à qualidade do meio ambiente.

Impacto Ambiental é qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam a saúde, a segurança e o bem estar da população, as atividades sociais e econômicas, a biota, as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente e a qualidade dos recursos ambientais.(CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE, 2006).

O impacto ambiental pode ser entendido como desequilíbrio provocado por trauma ecológico, resultante da ação do homem sobre o meio ambiente.

No mundo, os principais impactos ambientais são: desmatamento de florestas, poluição, erosão, o efeito estufa, destruição da camada de ozônio, inversão térmica, ilhas de calor e a chuva ácida.

Embora estejam acontecendo vários empreendimentos por parte das empresas, novas leis tenham sido sancionadas, acordos internacionais estejam em vigor, a realidade mostra que os problemas ambientais estão longe de serem solucionados.

As causas das agressões ao meio ambiente são de ordem política, econômica e cultural. A sociedade ainda não absorveu a importância do meio ambiente para sua sobrevivência.

O homem tem usado os recursos naturais sem escrúpulo, priorizando o lucro e causando prejuízos em se tratando de questões ambientais. Essa ganância tem custo alto, já visível nos problemas causados pela poluição do ar e da água e no número de doenças derivadas desses fatores.

2.3.1 Expansão dos Desertos

As principais consequências do desmatamento são: a destruição da biodiversidade, genocídio e etnocídio das nações indígenas, erosão e empobrecimento dos solos, enchente e assoreamento dos rios, diminuição dos índices pluviométricos, elevação das temperaturas, desertificação e proliferação de pragas e doenças.

Estamos vivendo em um período onde quase um bilhão de pessoas no mundo é afetado pelo problema da desertificação.

Este autor relata que faz pelo menos dez anos que crise ambiental não é mais só discurso de estudante de biologia e de ambientalistas. A poluição e a degradação estão galopantes e parecem ter feito com que governantes repensassem o modelo de desenvolvimento econômico, sobretudo o adotado pelas nações industrializadas.

O motivo que levou os governantes a tomar esta atitude foi o fato de que todos os dias há alguma notícia na mídia que mostre o efeito do desequilíbrio ambiental na lavoura, na economia, no clima e na seca, que afeta o cotidiano de milhões de pessoas.

A Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, considera o assunto tão sério que propôs como temas para 2006 a importância dos desertos, dada a enorme biodiversidade existente, e a luta contra a desertificação, fenômeno que comprova o desequilíbrio natural.

Em se tratando de biodiversidade, Chu discorre que os desertos cobrem cerca de 16% da superfície terrestre. Nessa paisagem predominam rochas e cascalhos. Embora imponentes, as dunas que têm como principal elemento de formação a areia, representam apenas 20% das formações desérticas. A pouca quantidade de matéria orgânica, observada, dá a falsa impressão de uma ambiente inóspito. Mas as regiões desérticas escondem um quinto da biodiversidade do planeta. [...].

Em recentes pesquisas realizadas pelo cientista Roberto Jackson, da Universidade de Duke, nos Estados Unidos, foi descoberto que a areia dos desertos contém mais vida do que o solo amazônico. É incalculável a quantidade de microorganismos, definida por ele como biodiversidade "menor". [...].(CHU, 2006, p.8).

A biodiversidade pode ser entendida como a existência de grande variedade de espécies animais, vegetais e de microrganismos em determinado habitat natural.

A destruição da biodiversidade é resultante da redução ou extinção de espécies vegetais e animais. As florestas tropicais têm considerável biodiversidade e incalculável valor para as futuras gerações.

O declínio da diversidade biológica resulta em grande parte da atividade humana e representa séria ameaça ao desenvolvimento humano.

Muitas espécies que podem ser a chave para a cura de doenças, usadas na alimentação ou como novas matérias-primas, são totalmente desconhecidas do homem e correm risco de serem destruídas antes de serem estudadas.

Tinoco e Kraener (2004, p. 42) afirmam que “Os bens e serviços essenciais de nosso planeta dependem da variedade e da variabilidade dos genes, espécies, populações ecossistemas”.

[...] Conforme proposto pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura, a degradação da terra atribuída à ação humana faz referência a pelo menos cinco componentes: perda da biodiversidade pela caça e exploração madeireira; degradação do solo, resultado do manejo inadequado; degradação das condições hidrológicas pela perda da cobertura vegetal; degradação das condições geo-hidrológicas (águas subterrâneas) em razão da modificação nas condições de recarga; e degradação promovida pelas formas de ocupação do espaço. (CHU, 2006, p. 8).

A desertificação é a degradação da terra, onde o solo se torna estéril e incapaz de sustentar a produtividade biológica, resultante das variações climáticas e das atividades humanas.

As causas da desertificação são o excesso de cultivo e o desmatamento, bem como as práticas deficientes de irrigação.

2.3.2 Crescimento Populacional

Para Tinoco e Kraener (2004, p. 42):

Com o rápido crescimento da população, criou-se uma demanda sem precedentes, a que o desenvolvimento tecnológico pretende satisfazer submetendo o meio ambiente a uma agressão que está provocando o declínio cada vez mais acelerado de sua qualidade e de sua capacidade de sustentar a vida.

O tema controle de natalidade ainda é assunto que causa muita polêmica, devido aos pontos de vista cultural, ideológico e religioso.

A classe média alta, por ter mais acesso a informação, faz uso de métodos anticoncepcionais, tendo em média dois filhos, semelhante à política adotada em países ricos.

A maior parte da sociedade brasileira não tem acesso aos mesmos recursos e dispensam menor preocupação com as condições que darão a seus descendentes. Essa classe sem privilégios é onde deveria ocorrer controle maior da natalidade, diminuindo os problemas sociais para o país.

A partir dessa iniciativa, seriam evitados abortos indesejáveis, crianças abandonadas, exploradas, prostituídas e com futuro quase certo para a criminalidade, que é a realidade das grandes cidades do Brasil e dos países pobres. O crescimento populacional é uma forma de proliferação da pobreza.

2.3.3 Efeitos Nocivos da Poluição

A poluição do ar é um fenômeno mais freqüente nas grandes cidades, por causa do elevado número de veículos e indústrias que expõem gases e fumaça, causando problemas respiratórios.

É a mais grave forma de poluição, pois numa fase aguda, como na inversão térmica, em que os poluentes ficam retidos junto com o ar, a morte pode ocorrer em minutos.

Poluição mata 4 mil crianças por dia no mundo, segundo OMS.

Agressores ambientais são responsáveis por um terço das mortes de crianças com menos de cinco anos.

José Gonçalves Neto afirma que pelo menos um terço do número de mortes que atinge crianças menores de cinco anos no mundo poderiam ser evitadas se existissem condições ambientais e sanitárias adequadas nos lugares em que elas moram, brincam e estudam. São 4.000 crianças mortas nessa faixa etária por dia, o equivalente à queda de um Fokker 100 lotado de crianças a cada 25 minutos.

Estimativas preliminares da OMS sugerem que aproximadamente um terço da carga global de doenças em todas as idades pode ser atribuída a causas ambientais.

Crianças que conseguem sobreviver a essas ameaças podem ter seu desenvolvimento prejudicado e ficar com seqüelas físicas e mentais pelo resto de suas vidas.

Segundo Gro Harlem Brundtland, Diretora Geral da entidade, a OMS vai colocar como prioridade ações com o objetivo de reduzir o que ela classifica como crise ambiental mundial. “Manter ambientes saudáveis é uma forma de assegurar o potencial intelectual, social e econômico das crianças, que representam o futuro da sociedade”.

Segundo Jacobo Finkelman, representante da Organização Pan-Americana de Saúde (Opas)/OMS no Brasil, entre os assuntos mais urgentes a serem resolvidos especificamente por países da América Latina estão a poluição das águas, a qualidade do ar e a produção, destinação e armazenamento dos produtos químicos. “As crianças e mulheres são especialmente vulneráveis e devem ser levadas em conta nas políticas de proteção ao ambiente”.

“Nossa prioridade será investir em desenvolvimento sustentável e saúde, com o objetivo de evitar milhões de mortes de crianças e melhorar a qualidade de vida”, disse Finkelman. Para ele, é fundamental que setores de saúde e de meio ambiente trabalhem juntos. “A questão ambiental é uma tarefa da gestão de saúde pública, principalmente nos ambientes urbanos”.

Segundo o pesquisador Alfésio Braga, professor visitante de Clínica Médica da Unifesp especializado em poluição ambiental, as crianças são mais vulneráveis às ameaças ambientais porque respiram mais ar e consomem, proporcionalmente, mais água e comida do que os adultos. “As crianças são altamente suscetíveis, pois possuem um sistema imunológico menos desenvolvido e, mesmo antes de nascer, sofrem os efeitos durante a gravidez de um ambiente externo hostil”. Além disso, crianças têm mais contato com ambientes abertos, onde brincam e se expõem a agentes químicos. “Só a poluição ambiental em São Paulo é responsável por 30% (trinta por cento) das internações infantis, sofrendo um aumento médio de 12% (doze por cento) nos meses de inverno”.

Em setembro de 2002, a Unifesp criou um grupo para estudar de perto a relação entre as diversas formas de poluição e seus efeitos sobre a saúde. O grupo pertence à Disciplina de Clínica Médica. Além de realizar pesquisas, os especialistas do grupo vão auxiliar no atendimento clínico e participar na formação de novos médicos que ingressarem na pós-graduação da disciplina.

“Essa é uma boa iniciativa porque nós trabalhamos em cima de evidências e as pesquisas são a melhor forma de conseguí-las. Com isso, é possível ajudar na formulação de propostas em saúde pública”, afirma Jacobo Finkelman, representante da Organização Pan-Americana de Saúde (Opas)/OMS no Brasil. (GONÇALVES NETO, 2002).

A poluição pode ser entendida como a degradação da qualidade ambiental resultante de atividades que direta ou indiretamente prejudicam a saúde, a segurança e o bem-estar da população e afetam as condições estéticas ou sanitárias do meio ambiente.

A padronização dos cultivos de única espécie em grandes extensões de terra tem causado desequilíbrios nas cadeias alimentares, favorecendo a proliferação de vários insetos, que se tornaram verdadeiras pragas com o desaparecimento de seus predadores naturais.

A maciça utilização de agrotóxicos, na tentativa de controlar tais insetos, tem levado, por seleção natural, à proliferação de linhagens resistentes, forçando a aplicação de inseticidas cada vez mais potentes.

Além de causar doenças nas pessoas que trabalham na aplicação desses venenos e nas que consomem os alimentos contaminados, tem agravado a poluição dos solos.

2.3.4 O Lixo

Outro trágico fator ambiental é o lixo, que em sua maioria ainda é lançado a céu aberto.

Hare (2002, p.8) afirma que:

Lixo é tudo que não precisamos mais, desde os restos de comida, que jogamos no saco de lixo, até os venenos químicos expelidos pelas fábricas. O problema do lixo piorou com o desperdício de muitas pessoas. Muita coisa comprada hoje em dia é feita para ser usada uma só vez e depois jogada fora. Além disso, muitos produtos vêm em embalagens desnecessárias, que são jogadas fora quando os artigos são desembulhados.

O lixo doméstico geralmente é colocado em aterros sanitários. Ele pode poluir os mananciais subterrâneos de água quando materiais nocivos do aterro escoam para o solo.

Muitos aparelhos eletrodomésticos usados, como fogões, geladeiras e máquinas de lavar, são jogados fora todos os anos. Carros velhos, garrafas, latas vazias de bebidas e comida, pneus e papel usado, são empilhados nos depósitos de lixo.

Segundo Hare (2002, p. 10):

Nos últimos 100 anos foram desenvolvidos muitos materiais novos como plásticos, detergentes e pesticidas químicos. Apesar desses produtos serem úteis, vários deles não se decompõem naturalmente. Uma vez produzidos, eles podem permanecer no meio ambiente durante muitos anos. Garrafas de plástico amontoam-se nos depósitos de lixo e venenos químicos podem chegar a nossos alimentos e suprimentos de água.

O lixo doméstico é formado por embalagens. Latas, papel e plásticos acabam nas lixeiras ou ficam jogados pelas ruas.

O aumento da quantidade de carros significa que recursos preciosos como o aço estão sendo consumidos.

Muitas coisas da sociedade são feitas para o conforto, mas produzem muito lixo, tendo como exemplo as caixinhas usadas nos restaurantes de *fast food*.

Dos milhões de toneladas de papel usados todos os dias, apenas uma pequena parte é reciclada.

Segundo Hare (2002, p. 6):

No mundo natural, todo lixo produzido pelas coisas vivas é reciclado. Os cadáveres e dejetos de animais são decompostos por pequenas criaturas que vivem no solo, como as minhocas, que servem de “alimento” a outros seres vivos. O gás carbônico que as pessoas e os animais aspiram é absorvido pelas plantas e usados para produzir as substâncias de que precisam para crescer. As plantas liberam o oxigênio que as pessoas e os animais respiram.

Faz-se necessária a adoção de medida para amenizar a quantidade de lixo produzida pela sociedade através da reciclagem.

Reciclar é reaproveitar coisas, ajudando a poupar as preciosas matérias-primas da Terra, seus recursos naturais. Porém um dos maiores problemas com a reciclagem é a separação dos materiais aproveitáveis, como papel, vidro e metais, do restante do lixo.

2.4 A Responsabilidade Social das Empresas

Nos meios de comunicação é comum ver empresários e empresas divulgando sua participação ou apoio a projetos sociais, através de doações. No entanto, a questão da responsabilidade social abrange mais do que simples doações financeiras ou materiais.

De acordo com Grajew (1999, p. 1 - 2), trata-se “da relação ética, da relação socialmente responsável da empresa em todas as suas ações, em todas as suas políticas, em todas as suas práticas, em todas as suas relações”, sejam elas com o seu público interno ou externo.

A doação, muito confundida com a prática socialmente responsável, nada mais é do que uma prática filantrópica. De acordo com Silva (2001, p. 5) “filantropia

significa amizade do homem para com outro homem”. É comum afirmar que filantropia designa ajuda e possui um caráter assistencialista. A ação filantrópica trata-se de ação social externa à empresa, tendo como beneficiário a comunidade.

Além disso, ela acaba se tornando um paliativo para a grave conjuntura social, pois não busca a continuidade das ações e se concentra em ações esporádicas, como a campanha do agasalho no inverno e arrecadação de brinquedos no período natalino.

No contexto empresarial, uma ação é considerada de caráter filantrópico quando a empresa faz doações financeiras a instituições, fundações e associações comunitárias. É uma ajuda e ela ocorre eventualmente.

Quando se fala em responsabilidade social, a empresa age de forma estratégica, ou seja, são traçadas metas para atender às necessidades sociais, de forma que o lucro da empresa seja garantido, assim como a satisfação do cliente e o bem-estar social. Há um envolvimento, comprometimento e eles são duradouros.

A Responsabilidade Social surge como uma atividade que não está dissociada do negócio da empresa. É uma nova forma de gestão empresarial. Gestão esta, que, segundo Grajew (1999, p. 1- 8), envolve atitude estratégica focada na ética, na qualidade das relações com os *stakeholders* e na geração de valor. Como consequência tem-se a “valorização da imagem institucional e da marca, maior lealdade de todos os públicos, principalmente dos consumidores, maior capacidade de recrutar e reter talentos, flexibilidade e capacidade de adaptação e longevidade”.

A Responsabilidade Social surge também como resgate da função social da empresa, cujo objetivo principal é promover o desenvolvimento humano sustentável, que transcende o aspecto ambiental e se estende por outras áreas (social, cultural, econômica, política), e tenta superar a distância entre o social e o econômico, obrigando as empresas a repensarem seu papel e a forma de conduzir seus negócios.

A concepção que se tem é de que a responsabilidade empresarial está muito além de manter o lucro de seus acionistas e dirigentes. Ela passou a ser responsável pelo desenvolvimento da sociedade onde está inserida, adotando ações que influenciem o bem-estar comum.

2.4.1 A Visão Clássica da Responsabilidade Social

Quando se trata do assunto relacionado à responsabilidade social das empresas, os autores chamam a atenção para duas posições opostas. De um lado a visão clássica defendida pelo economista Milton Friedman e do outro lado o posicionamento socio-econômico.

Segundo afirmações de Megginson, Mosley e Pietri Júnior (1998, p. 94), a conduta das organizações que seguem a corrente da visão clássica de responsabilidade social acredita que:

[...] O defensor mais conhecido de uma limitação da responsabilidade social é o famoso economista, ganhador do Prêmio Nobel, Milton Friedman. Ele argumenta que tornar os administradores responsáveis tanto em relação aos proprietários da empresa – para atingir o objetivo de lucro – quanto em relação à sociedade – para melhorar o bem estar geral – representa um conflito de interesses capaz de causar a morte da empresa. De acordo com Friedman, este será necessariamente o resultado se a empresa for continuamente forçada a ter um desempenho que conflite diretamente com seus objetivos particulares. Finalmente, ele argumenta que os administradores são empregados dos proprietários, e não do público, e portanto devem agir no interesse dos proprietários. Além disso, o custo da responsabilidade social recai sobre os consumidores por causa dos preços mais altos, e isto se chama “taxação sem representação”.

De acordo com esta corrente de pensamento, a maximização dos lucros é a contribuição social que o empresário pode oferecer à sociedade. Para ele, o administrador, ao decidir gastar recursos da organização deve ter em mente apenas o interesse dos acionistas, isto é, o retorno financeiro.

Agindo assim, a empresa estaria gerando empregos, impostos e oferecendo eficientemente produtos e serviços à sociedade.

A interpretação de Milton Friedman é de que, se os administradores tornam mais elaborados os lucros e se utilizam desses lucros para aumento do valor da empresa, estão respeitando os direitos de propriedade dos proprietários das empresas e, assim, promovendo o bem-estar social.

O entendimento é de que se os administradores se apegam a problemas sociais nas decisões do dia-a-dia, podem violar suas atribuições de defesa dos interesses da empresa e interferir na habilidade do mercado em promover o bem-

estar geral, ou seja, os recursos destinados a ações sociais seriam gastos, sob uma perspectiva social, no incremento da eficiência da empresa.

2.4.2 A Visão Institucional da Responsabilidade Social

Apesar das empresas não se voltarem contra o princípio da responsabilidade social, nem todas concordam quanto ao limite e a extensão de sua aplicação. As opiniões variam de um extremo ao outro.

Ainda segundo Megginson, Mosley e Pietri Júnior (1998, p. 94), há organizações que seguem a visão institucional e afirmam que:

[...] Os argumentos em favor da responsabilidade ilimitada, ou extensiva, começam com a premissa de que a empresa é um segmento importante da sociedade e exerce um impacto significativo na forma pela qual essa sociedade existe. Além disso, como as empresas exercem muita influência, serão também responsáveis por ajudar a manter e melhorar o bem-estar geral da sociedade.

De acordo com este modelo a idéia é de que o saldo final de uma organização deve considerar os retornos que otimizam os resultados de todas as partes envolvidas (funcionários, fornecedores, clientes, consumidores) no processo empresarial e não apenas os resultados dos proprietários.

A idéia da responsabilidade social é que a atividade de negócios e a sociedade são interligadas, não distintas. A sociedade tem algumas expectativas em relação ao comportamento e aos resultados das atividades empresariais, pois atrás de cada empregado existe uma família que necessita de saúde, educação e manutenção.

2.4.3 Definição de Responsabilidade Social

O conceito de responsabilidade social empresarial foi lançado no Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável em 1998, na Holanda.

De acordo com Silva (2001, p. 5), tal conceito diz que a:

[...] responsabilidade social corporativa é o comprometimento permanente dos empresários de adotar um comportamento ético e

contribuir para o desenvolvimento econômico melhorando, simultaneamente, a qualidade de vida de seus empregados e de suas famílias, da comunidade local e da sociedade como um todo”.

Os empresários estão percebendo que as pessoas não se contentam apenas com a qualidade dos produtos, preços baixos, bons serviços e marca de prestígio. Os consumidores estão exigindo os produtos das empresas que demonstrem de alguma forma preocupação social, respeitem o meio ambiente e ajudem comunidades carentes.

Para Megginson, Mosley e Pietri Júnior (1998, p. 93):

Há explicações divergentes sobre o que o termo **responsabilidade social** signifique. Entretanto, na sua essência, representa a obrigação da administração de estabelecer diretrizes, tomar decisões e seguir rumos de ação que são importantes em termos de valores e objetivos da sociedade. Outros termos que também são usados, mas têm o mesmo sentido, são: ação social, relações públicas, atividades comunitárias, desafios sociais e preocupação social.

As empresas possuem a obrigação de decidir, de forma voluntária, contribuir para uma sociedade mais justa e agradável, preocupando-se com questões sociais e ambientais, em suas operações comerciais com o objetivo de construir uma sociedade melhor e um ambiente mais limpo.

A responsabilidade social pode ser vista como obrigação do Estado, que a executa através de políticas públicas financiada por impostos, ou como obrigação do indivíduo, como voluntário em Ongs, ou como um doador que financia as atividades de entidades beneficentes [...]. (WIKIPÉDIA, A ENCICLOPÉDIA LIVRE, 2006).

O comportamento das organizações empresariais, governamentais e públicas deve ser a adoção de alguma forma de aplicação da responsabilidade social, através de programas especiais para tratar da responsabilidade social exigida pela sociedade onde a empresa está inserida.

2.5 O Instituto Ethos de Responsabilidade Social

Neste tópico a base bibliográfica adotada foram os estudos do Instituto Ethos de Responsabilidade Social, fazendo-se necessária uma breve apresentação do Instituto.

O Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social é uma organização sem fins lucrativos, fundada em 1998, que tem como missão mobilizar,

sensibilizar e ajudar as empresas a gerirem seus negócios de forma socialmente responsável, tornando-as parceiras na construção de uma sociedade mais próspera e justa, disseminando a prática da Responsabilidade Social por intermédio de atividades de intercâmbio de experiências, publicações, programas e eventos voltados para seus associados e para a comunidade de negócios em geral.

Para o Instituto Ethos, a Responsabilidade Social é uma forma de conduzir os negócios da empresa de tal maneira que a torne parceira e co-responsável pelo desenvolvimento social.

A empresa socialmente responsável é aquela que possui a capacidade de ouvir os interesses das diferentes partes (acionistas, funcionários, prestadores de serviço, fornecedores, consumidores, comunidade, governo e meio ambiente) e conseguir incorporá-los no planejamento de suas atividades, buscando atender às demandas de todos e não apenas dos acionistas ou proprietários.

Neste contexto, o Instituto acredita que as empresas também podem atuar com Responsabilidade Social, utilizando como ferramenta a filantropia, que é a ação social externa da empresa, tendo como beneficiário principal a comunidade em suas diversas formas (conselhos comunitários, organizações não governamentais e associações comunitárias) e organização. Indica o site do Instituto:

A Responsabilidade Social foca a cadeia de negócios da empresa e engloba preocupações com um público maior (acionistas, funcionários, prestadores de serviço, fornecedores, consumidores, comunidade, governo e meio ambiente), cujas demandas e necessidades a empresa deve buscar entender e incorporar em seus negócios. Assim, a Responsabilidade Social trata diretamente dos negócios da empresa e como ela os conduz. (INSTITUTO ETHOS, 2006).

Segundo entendimentos do Instituto Ethos, a Ética é a base da Responsabilidade Social e se expressa através dos princípios e valores adotados pela organização. Não há Responsabilidade Social sem ética nos negócios. De um lado, não adianta uma empresa adotar a postura política de pagar baixos salários aos funcionários, corromper a área de compras de seus clientes, pagar propina a fiscais do governo e, por outro lado, desenvolver programas sociais em prol da comunidade, uma vez que essa postura não condiz com uma empresa que deseja trilhar caminho de responsabilidade social, pois o discurso precisa ser coerente com a ação.

Ainda no entender do Instituto, a Responsabilidade Social é um processo que nunca se esgota. Não dá para dizer que uma empresa chegará ao limite de sua Responsabilidade Social, pois sempre há algo para fazer. Assim, o primeiro passo é a empresa fazer uma auto-avaliação que possa indicar onde é necessário melhorar suas políticas e práticas e, a partir daí, estabelecer uma cronograma de ações que devem ser realizadas pela empresa.

O Instituto orienta que, na prática, programas de responsabilidade social realizados de forma autêntica, trazem resultados positivos para a sociedade, e para a empresa. O ideal é que a empresa incorpore a cultura da responsabilidade social ao seu pensamento. Desenvolver programas sociais apenas para divulgar a empresa, ou como forma compensatória, não traz resultados positivos sustentáveis ao longo do tempo.

Segundo o Instituto Ethos, os resultados para quem pratica Responsabilidade Social como parte real de sua cultura, tende a ter maior valorização da imagem institucional e da marca, maior lealdade do consumidor, maior capacidade de recrutar e manter talentos, flexibilidade e capacidade de adaptação e longevidade.

Para fortalecer o movimento pela responsabilidade social no Brasil, o Instituto Ethos concebeu os Indicadores Ethos como sistema de avaliação do estágio em que se encontram as práticas de responsabilidade social nas empresas. O sucesso dessa iniciativa depende diretamente da adesão espontânea das empresas à proposta.

2.6 O Balanço Social como Indicador da Responsabilidade Social

No início do século XX já se constatava a existência de manifestações a favor de maior responsabilidade social nas empresas.

De acordo com Tinoco e Kraemer (2004, p. 90):

Os movimentos sociais [...], que avançaram pelos anos 60 e 70, culminaram com a elaboração, pela França, de uma lei sobre o Balanço Social, Lei nº 77.769 de 12-07-1977. Essa Lei foi posta em prática em 1979, obrigando todas as entidades que possuíam 300 ou mais funcionários a publicá-la. Posteriormente, vários países europeus passaram a adotar os ditames da lei francesa, passando a publicar

também o Balanço Social, destacando-se entre esses, Alemanha, Holanda, Bélgica, Espanha, Portugal e Inglaterra.

A partir dos anos 60 do século XX nos Estados Unidos e no início da década de 70 na Europa, particularmente na França, Alemanha e Inglaterra, a sociedade iniciou a cobrança deste tipo de comportamento por parte do empresariado e consolidou-se a necessidade de divulgação dos chamados balanços ou relatórios sociais.

Ribeiro (2005, p. 9) afirma que:

O Balanço Social foi instituído na França em 1977, com uma visão restrita a recursos humanos. Com o tempo, ganhou uma abordagem mais ampla, contemplando, além dos dados relativos a esses recursos, a questão ambiental, a cidadania e o valor agregado à economia do país. Tudo isso ocorreu a partir da compreensão da sociedade acerca de seus direitos: ser adequadamente compensada pelos esforços que despende na condução das atividades de uma empresa, ter garantida a continuidade da vida saudável e exigir que os recursos utilizados pelo governo no incentivo de algumas atividades econômicas produzam, efetivamente, benefícios para a comunidade.

De acordo com Tinoco e Kraemer (2004, p. 105):

A inserção da pesquisa e da práxis do tema Balanço Social no Brasil remonta a 1961. Nesse ano, conforme relato de Vladimir Rioli (1977) foi constituída em São Paulo a Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresas (ADCE), que deu início, no país, a uma pregação sobre a responsabilidade do dirigente da empresa nas questões sociais.

No Brasil, a influência desta mudança de mentalidade empresarial pôde ser notada na Carta de Princípios do Dirigente Cristão de Empresas, publicada em 1965, pela Associação de Dirigentes Cristãos de Empresas do Brasil (ADCE Brasil).

2.6.1 Definição de Balanço Social

De acordo com Iudícibus et. al. (2000, p.31):

O Balanço Social busca demonstrar o grau de responsabilidade social assumido pela empresa e assim prestar contas à sociedade pelo uso do patrimônio público, constituído dos recursos naturais, humanos e o direito de conviver e usufruir dos benefícios da sociedade em que atua.

A interpretação deste autor é de que o Balanço Social trata da publicação de um conjunto de informações e de indicadores dos investimentos e das ações realizadas pelas empresas no cumprimento de sua função social junto aos seus funcionários, ao governo e às comunidades com que interagem, direta e indiretamente.

Tinoco e Kraemer (2004, p. 87) afirmam que:

Balanço Social é um instrumento de gestão e de informação que visa evidenciar, da forma mais transparente possível, informações contábeis, econômicas, ambientais e sociais, do desempenho das entidades, aos mais diferenciados usuários.

Esse conceito apresenta o Balanço Social como instrumento de demonstração das atividades das empresas, que tem por finalidade conferir maior transparência e visibilidade às informações que interessam não apenas aos sócios e acionistas das companhias, mas também a um número maior de atores: empregados, fornecedores, investidores, parceiros, consumidores e comunidade.

Freire e Rebouças (2001, p. 69) assim se pronunciam:

O Balanço Social pode ser considerado como um demonstrativo técnico-gerencial que engloba um conjunto de informações sociais da empresa, permitindo que os agentes econômicos visualizem suas ações em programas sociais para os empregados (salários e benefícios), entidades de classe (associações, sindicatos), governo (impostos) e cidadania (parques, praças, meio ambiente etc).

A definição de Freire e Rebouças dá a idéia de que as informações contidas no Balanço Social estejam voltadas apenas aos interesses dos gestores.

Neste contexto, observa-se que os conceitos acima apresentados estão formulados dentro de uma visão contemporânea do Balanço Social, trazendo a idéia de responsabilidade social em termos econômicos e sociais, bem como a inclusão da preocupação com o meio ambiente.

Em relação aos agentes externos às empresas, o Balanço Social visa dar conhecimento das ações empresariais que têm impactos não apenas no desempenho financeiro, mas também na relação capital trabalho e na geração ou não de riqueza e bem-estar para a sociedade.

Segundo Kroetz (2000, p. 87):

[...] em nível interno, as informações devem expressar as iniciativas relevantes que contribuem para a qualidade de vida na entidade e promoção humana de seus empregados, tais como: educação profissional e formal, saúde, segurança no trabalho, alimentação e esporte.

De acordo com Tinoco (2001, p. 14), “é possível extrair uma vasta gama de indicadores de ordem econômica e social tanto de ordem quantitativa como de ordem qualitativa, do Balanço Social”.

Segundo Iudícibus et al. (2000, p. 31):

O Balanço Ambiental reflete a postura da empresa em relação aos recursos naturais, compreendendo os gastos com preservação, proteção e recuperação destes, os investimentos em equipamentos e tecnologias voltadas à área ambiental e os passivos ambientais.

Sob o aspecto de benefícios e contribuições à sociedade, o Balanço Social pode refletir o grau de responsabilidade social e o comprometimento da empresa com as necessidades básicas da população.

O Balanço Social deve ter por objetivo demonstrar o resultado da interação da empresa com o meio em que está inserida, ressaltando-se os aspectos de recursos humanos, ambientais, contribuição para o desenvolvimento econômico e social e contribuição para a cidadania.

2.7 Desenvolvimento Sustentável

O desenvolvimento capitalista associado ao progresso gerou desequilíbrios ao meio ambiente. Assim, diante da escassez dos recursos naturais, surge a idéia do desenvolvimento sustentável, com o objetivo de conciliar o desenvolvimento econômico com a preservação ambiental.

A partir da segunda metade do século XIX, a degradação ambiental e suas catastróficas conseqüências, em nível planetário, originaram estudos e as primeiras reações no sentido de se conseguir fórmulas e métodos de diminuição dos danos ao ambiente. Em 1948, autoridades reconheceram formalmente os problemas ambientais, na reunião do Clube de Roma, que constatou a falência dos recursos naturais e solicitou o estudo intitulado Limites do Crescimento, liderado por Dennis Meadows. Esse diagnóstico mostrou que a degradação ambiental decorre, principalmente, do descontrolado crescimento populacional e da superexploração dos recursos naturais e que se não houver estabilidade populacional, econômica e ecológica, tudo um dia acabará. Esses estudos lançaram subsídios para a idéia de desenvolvimento aliado a preservação. (PORTAL UnB, 2006).

Os avanços tecnológicos contribuem para melhorar a qualidade de vida dos seres humanos, mas da forma como vem sendo feito, têm destruído o planeta e a natureza.

O desenvolvimento sustentável é aquele que se centra na busca da satisfação das necessidades fundamentais da população e na elevação de sua qualidade de vida através da conservação, recuperação, melhoria e uso adequado dos recursos naturais.

Com a intenção de discutir e encontrar soluções para esse problema a Organização da Nações Unidas (ONU) promoveu a Conferência de Estocolmo, em 1972. Como resultado, houve a criação da Declaração sobre o Ambiente Humano, que introduziu na agenda política internacional a dimensão ambiental como condicionadora e limitadora do modelo tradicional de crescimento econômico e do uso dos recursos naturais. Ela determinou ao mundo que “tanto as gerações presentes como as futuras tenham reconhecido como direito fundamental a vida num ambiente sadio e não degradado”. (PORTAL UnB, 2006).

O desenvolvimento econômico deve levar em conta também o equilíbrio ecológico e a preservação da qualidade de vida das populações humanas a nível global. Isso implica, por exemplo, a gestão racional e equilibrada dos recursos minerais e ecológicos do planeta.

Tinoco e Kraemer (2004, p. 134) afirmam que:

Em 1983, a ONU cria a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento como um organismo independente. Em 1987, a comissão sobre a presidência de Gro Harlem Brundtland, primeira-ministra da Noruega, materializa um dos mais importantes documentos do nosso tempo – o relatório *Nosso Futuro Comum*, responsável pelas primeiras conceituações oficiais, formais e sistematizadas sobre o desenvolvimento sustentável – idéia-mestra do relatório.

Em seu segundo capítulo – “Em busca do desenvolvimento sustentável” -, o relatório define o desenvolvimento sustentável como “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades”.

Estas afirmações implicam na preocupação mundial para o uso racional dos recursos naturais, de forma a evitar comprometer o capital ecológico do planeta, proporcionando desenvolvimento econômico, social, científico e cultural das sociedades.

Ribeiro (2005, p. 6) afirma que:

Divulgados os limites do sistema ecológico, a sociedade, os governos e o empresariado começam a se preocupar com eles, com a sua capacidade de continuar reagindo aos crescentes níveis de impurezas que lhe são acrescidas diariamente, ou seja, a decrescente perspectiva de vida do planeta. Surge, então, a pergunta: até que ponto o desenvolvimento econômico é sustentável?

O desenvolvimento sustentável trata de incluir no contexto empresarial considerações de ordem ambiental no processo de tomada de decisões econômicas, com vistas ao desenvolvimento, garantindo saúde, conforto e educação.

Para as empresas, o desenvolvimento sustentável deve significar desenvolvimento social e econômico estável, com distribuição de riquezas geradas,

considerando a fragilidade, a interdependência e as escalas de tempos próprios dos recursos naturais.

2.7.1 Definição de Desenvolvimento Sustentável

De acordo com Ribeiro (2005, p. 6):

Ao relacionar desenvolvimento econômico e preservação do meio ambiente, a ONU define o desenvolvimento sustentável como aquele que atende às necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras em satisfazê-las. Ou melhor, um processo de mudanças no qual a exploração de recursos, o direcionamento dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e as mudanças institucionais estão em harmonia e valorizam o potencial, presente e futuro, para a humanidade satisfazer suas exigências e aspirações.

O desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento que atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das futuras gerações responderem às suas próprias necessidades.

O meio ambiente ecologicamente equilibrado é aquele que promove a sadia qualidade de vida, com uso racional dos recursos naturais, satisfação das necessidades básicas e bem-estar social, desenvolvimento econômico, participação social, reconhecimento da diversidade cultural e dos estilos de vida, em meio a uma sociedade de consumo.

No mundo empresarial faz-se necessário desenvolver em harmonia, com as limitações ecológicas do planeta, sem destruir o ambiente, para que as gerações futuras tenham a chance de existir e viver bem, com qualidade de vida e boas condições de sobrevivência.

2.8 As Normas do ISO 14.000 e a Política Ambiental

De acordo com Seiffert (2005, p. 23):

Um dos resultados do processo de discussões em torno dos problemas ambientais e de como promover o desenvolvimento econômico frente a essa questão foi o surgimento das normas ISO 14000, as quais procuram desenvolver uma abordagem organizacional que leve a uma gestão ambiental efetiva. Essa família de normas foi o resultado de um processo que vinha evoluindo ao longo dos diversos fóruns de discussões sobre problemas ambientais, e que buscavam uma maneira de levar soluções ao ambiente produtivo.

ISO é a sigla da Organização Internacional de Normalização, com sede em Genebra, Suíça e que cuida da normalização (ou normatização) em nível mundial.

As normas ISO 14000 – Gestão Ambiental, foram inicialmente elaboradas visando ao “manejo ambiental”, que significa “o que a organização faz para minimizar os efeitos nocivos ao ambiente causados pelas suas atividades”. (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, 2006).

D'Isep (2004, p. 151) afirma que:

A ISO tem por finalidade desenvolver normas de fabricação, comércio e comunicações, mediante acordos técnicos internacionais, respaldados na ciência, tecnologia e experiência. E, ao fazê-lo, busca patrocinar maior facilidade nas relações internacionais no que tange a produtos e serviços, assim como promover a cooperação intelectual, científica e tecnológica, satisfazendo os setores industriais e seus clientes.

A Certificação ISO 14000 estabelece as diretrizes para a implantação do sistema de gestão ambiental, que consiste em processo de continuidade, objetivando a melhoria do desempenho nas empresas.

Para Valle (2002, p. 133):

A série ISO 14000 constitui, provavelmente, o conjunto de normas mais amplo que já se criou de forma simultânea. Contém em seu corpo, normas que regulam sua própria utilização e que definem as qualificações daqueles que deverão auditar sua aplicação (Norma ISO 14010 e seguintes – Diretrizes para Auditoria Ambiental – incluindo os critérios de qualificação dos próprios auditores). Propõe-se a normalizar as referências ambientais de outras normas (Guia ISO 64 – Guia para a Inclusão de Aspectos Ambientais em Normas de Produtos). E influenciará a decisão do consumidor final nos pontos-de-venda e nas gôdulas dos supermercados, com o uso de símbolos de conformidade ambiental, estampados nos produtos ou em suas embalagens (Normas ISO 1420 e seguintes – Rotulagem Ambiental).

A padronização pode ser vista como instrumento de comunicação, criando nova linguagem, possibilitando aos consumidores comerciais o acesso às políticas e ao desempenho ambiental da organização.

As normas ISO estimulam a prevenção de contaminações ambientais, orientando a organização quanto a sua estrutura e forma de operação, com o objetivo de inserir a organização no contexto ambiental.

2.8.1 Política Ambiental

Dadas as proporções com que a questão econômico-ambiental vem se desenvolvendo, faz-se necessário por parte das organizações, a adoção de estratégias para harmonizar crescimento econômico e preservação do meio ambiente.

De acordo com Barbieri (2004, p. 153): “a política ambiental é uma declaração da organização expondo suas intenções e seus princípios em relação a seu desempenho ambiental global, que prevê uma estrutura para ação e definição de seus objetivos e suas metas ambientais”.

Para que haja bom relacionamento entre a empresa e seus clientes, fornecedores e natureza, a política ambiental busca estratégias com o objetivo de amenizar os problemas ambientais.

Para Valle (2002, p. 70):

[...] a política ambiental é uma forma de a organização explicitar seus princípios de respeito ao meio ambiente e sua contribuição para a solução racional dos problemas ambientais. Ela deve fazer parte do planejamento estratégico da empresa e da elaboração de seus planos de marketing. A política ambiental não deve ser encarada como mera formalidade para atender ao texto da norma, mas sim como uma ferramenta importante para o sucesso da empresa que, além de cumprir a lei, deseja firmar sua boa imagem.

A política ambiental deve refletir o compromisso da alta administração de atender à normalização legal e obter a melhoria contínua, tendo como base os objetivos e metas da empresa.

2.9 Mudança no Ambiente dos Negócios

De acordo com D'Isep (2004, p. 134): “o elevado estágio de degradação ambiental, destaque deste final de milênio, só vem comprovar a relevância da adoção de uma postura ‘pró meio ambiente’, desenvolvendo para tanto, estudos criativos de métodos de proteção ambiental, [...]”.

As empresas estão sendo pressionadas a contribuírem para o desenvolvimento econômico sustentável. Sua aceitabilidade no mercado tem sido gradativamente condicionada à demonstração de que realiza a referida contribuição social e ambiental.

Ribeiro (2005, p. 6) afirma que:

Preocupado com a situação, vencido pela pressão da sociedade ou atingido pelos efeitos nocivos da poluição, o empresariado de diferentes setores tem aderido aos grupos e movimentos empenhados na questão ambiental. Esse passo pode, se não reverter, ao menos, amenizar a degradação do meio ambiente.

O fenômeno da globalização e os avanços tecnológicos apresentam desafios aos empresários. Desafios estes que dizem respeito à conquista de níveis cada vez maiores de competitividade e produtividade, além da preocupação crescente com a legitimidade social de sua atuação.

Para Formentini e Oliveira (2003):

[...] o atual ambiente empresarial aponta para dois pontos extremos: o aumento da produtividade, em função das tecnologias e a disfunção de novos conhecimentos, que leva as empresas a investirem mais em novos processos de gestão, buscando a competitividade. Ao mesmo tempo um aumento nas disparidades e desigualdades da nossa sociedade que obrigam a repensar os sistemas econômicos, sociais e ambientais.

Diante desta afirmação pode ser questionado o que adianta ser a primeira empresa no ranking do seu negócio, deter as melhores máquinas e tecnologia e não poder contar com uma sociedade que compartilhe das mesmas perspectivas? Tanto o seu sucesso quanto o seu fracasso estão intrinsecamente ligados ao desempenho das pessoas, tornando a empresa co-responsável e uma agente de transformação social.

Durante muito tempo, as empresas foram pressionadas a se preocupar somente com a qualidade dos produtos, com o preço competitivo e a maximização do lucro.

Nova visão do mundo organizacional alerta para questões como a subjetividade, a ética, a transparência, a diversidade de aspectos sócio-culturais, econômicos e maior respeito e garantia aos direitos humanos, como sendo indispensáveis na atuação responsável.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Além de ser um meio para alcançar realização pessoal e lucros, a empresa cumpre finalidade social, quando sua forma de instalação e de funcionamento revela compromisso com a preservação do meio ambiente e com a qualidade de vida das pessoas.

Constata-se que cada vez mais as empresas decidem participar diretamente das ações comunitárias em sua região e reduzir possíveis danos ambientais decorrentes do tipo de atividades que exercem, incorporando a responsabilidade social à cultura empresarial.

As empresas, de maneira geral, começaram a conscientizar-se da importância de agregar valores como ética e cidadania.

A inovação tecnológica sempre foi reconhecida na teoria econômica como importante instrumento para o crescimento econômico de um país e para melhoria da competitividade das empresas. Mas, quais serão as consequências do uso desenfreado dos recursos naturais para o meio ambiente e as futuras gerações?

A questão ambiental tem sido objeto de estudo em diversas áreas do conhecimento científico, em razão dos efeitos causados pelos impactos ambientais.

À medida que florestas tropicais e habitats biologicamente ricos são destruídos sob as pressões do crescimento populacional e das atividades econômicas, os índices normais de extinção de espécies de plantas e animais tornam-se mais acentuados.

O crescimento insustentável da população está reduzindo a capacidade da Terra de suportar a vida, pois diminui a capacidade a longo prazo, da Terra dar condições à vida e põem em risco os sistemas naturais que dão condições à vida.

A confiança em métodos de produção de alimentos que enfatizam produções elevadas, em espaço curto de tempo, e que causam danos ambientais e perdas a longo prazo da produtividade natural, tornam a agricultura insustentável.

A inadequação das necessidades básicas humanas, extinção de espécies, degradação do solo, conflitos e guerras causam a pobreza e a desigualdade social.

Degradação ambiental e pobreza estão intimamente ligadas. Populações em crescimento que se tornaram pobres, através de programas econômicos mal formulados e inadequados, são forçadas a usar em excesso e degradar os recursos, a fim de garantir a sobrevivência, de modo que os recursos naturais danificados não suportarão por muito tempo o crescimento econômico.

A divulgação desta problemática nos meios de comunicação transformou o consumidor em agente em defesa do meio ambiente. Ele não está preocupado apenas com a oferta de produtos e com a qualidade dos serviços, mas com a produção de forma sustentável, ou seja, existe pressão da sociedade com o objetivo de impulsionar a disseminação das práticas de responsabilidade social.

O consumidor moderno procura, nas empresas, um sistema de gestão ambiental, ou seja, atitudes e valores que demonstrem, em produtos e ações, a responsabilidade social.

Não se pode deixar de abordar a questão da responsabilidade social empresarial, uma vez que ela é decisiva para uma mudança de mentalidade e consequentemente de ação.

A problematização formulada no início do trabalho com o fim de nortear o foco da pesquisa foi respondida.

A sustentabilidade é a forma de desenvolvimento que satisfaz as necessidades das gerações presentes sem que isso comprometa a qualidade de vida das próximas gerações. Para que isso aconteça é necessária a mudança de posicionamento e valores de empresas, consumidores e população.

É preciso ter em mente que estamos vivendo em um processo de mudança que exige de cada empresário e cidadão conhecer, pensar, sentir e agir com responsabilidade social e ambiental.

REFERÊNCIAS

BARBIERE, José Carlos. **Gestão ambiental empresarial**. São Paulo: Saraiva, 2004.

CHU, Teddy, **A expansão dos desertos**. Discutindo Geografia. São Paulo. Ano 2. Edição n. 09. ISSN 1806-8596-09.

CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE. Brasília. Disponível em: <http://www.achetudoeregiao.com.br/ANIMAIS/o_que_e_meio_ambiente.htm>. Acesso em: 23 de agosto de 2006.

D'ISEP, Clarissa Ferreira Macedo. **Direito ambiental econômico e a ISO 14000**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

FORMENTINI, M.; OLIVEIRA, T. M. **Ética e responsabilidade social – repensando a comunicação empresarial**. Revista Comunicação Organizacional. Curso de Comunicação Social – Relações Públicas, Universidade Regional do Nordeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí. Disponível em: <<http://www.pucrs.br/famecos/geacor/texto8.html>>. Acesso em 14 de outubro de 2006.

FREIRE, Fátima de Souza, REBOUÇAS, Tereza Raquel da Silva. Uma descrição sucinta do balanço social francês, português, belga e brasileiro. In: SILVA, César Augusto Tibúcio, FREIRE, Fátima de Souza (Orgs.). **Balanço social: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2001.

GONÇALVES NETO, José. **Poluição mata 4 mil crianças por dia no mundo, segundo OMS**. Jornal da Paulista. São Paulo. Ano 15. n. 172. Outubro/2002. Disponível em: <<http://www.unifesp.br/comunicacao/jpta/ed172/pesq5.htm>>. Acesso em: 30 de agosto de 2006.

GRAJEW, O. **Filantropia e Responsabilidade Social**, 24/04/2002. Disponível em <<http://www.ethos.org.br>>. Acesso em 18/10/2006.

GRAJEW, O. **O Que é Responsabilidade Social?** In: Simpósio Nacional de Empresas e Responsabilidade Social, Ribeirão Preto, novembro/1999. Disponível em <<http://www.ethos.org.br>>. Acesso em 18/10/2006.

HARE, Tony. **Reciclagem**. São Paulo: Fiona Robertson, 2002.

INSTITUTO DE TECNOLOGIA DE ALIMENTOS. São Paulo. Disponível em: <<http://www.ital.sp.gov.br>>. Acesso em: 23 de agosto de 2006.

INSTITUTO ETOS DE EMPRESAS E RESPONSABILIDADE SOCIAL. Disponível em: <<http://www.ethos.com.br>>. Acesso em: 05 de outubro de 2006.

IUDÍCIBUS, Sérgio de, MARTINS, Eliseu, GELBCKE, Ernesto Rubens. **Manual de contabilidade das sociedades por ações**. São Paulo: Atlas, 2000.

KROETZ, Cesar Eduardo Stevens. **Balanço social: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2000.

LAGO, Antonio; PADUA, José Augusto. **O que é ecologia**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

MEGGINSON, Leon C.; MOSLEY, Donald C.; PIETRI JÚNIOR, Paul H. **Administração – conceitos e aplicações**. São Paulo: Harbra, 1998.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. Disponível em: <http://www.cnpma.embrapa.br/projetos/prod_int/iso_14000.html>. Acesso em: 20 de setembro de 2006.

ODUM, Eugene P. **Ecologia**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1988.

RIBEIRO, Maisa de Souza. **Contabilidade ambiental**. São Paulo: Saraiva, 2005.

SANTANA, João. **Como entender o mundo dos negócios**. Brasília: SEBRAE, 1993.

SEIFFERT, Mari Elizabete Bernardini. **ISO 14001 sistema de gestão ambiental**. São Paulo: Atlas, 2005.

SILVA, R. D. da. **O melhor caminho, para àquele que deseja trilhar o rumo da responsabilidade social e do marketing social**. Monografia de Conclusão de Curso (Graduação em Administração de Empresas) - Departamento de Administração, Pontífica Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2001.

SILVA, Reinaldo de Oliveira. **Teorias da administração**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio; KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. **Contabilidade e gestão ambiental**. São Paulo: Atlas, 2004.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Portal UnB. Brasília. Disponível em: <http://www.unb.br/temas/desenvolvimento_sust/eco_92.php>. Acesso em 13 de outubro de 2006.

VALLE, Cury Eyer do. **Qualidade ambiental ISO 14000**. São Paulo: SENAC São Paulo, 2002.

WIKIPÉDIA, A ENCLICLOPÉDIA LIVRE. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Responsabilidade_social>. Acesso em: 06 de outubro de 2006.